

TERMO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA Nº. _____

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ- ALEPA e FACULDADE FACI WYDEN.

A **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ**, doravante denominada **ALEPA**, com sede à Rua do Aveiro, nº 130, bairro da Cidade Velha, CEP: 66020-070, Belém/PA, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 05.018.544/0001-02, neste ato representada por seu Presidente, **FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA MELO FILHO**, brasileiro, agente político, inscrito no CPF sob o n. 185.932.672-20, e a **FACULDADE FACI WYDEN** doravante denominado **FACI WYDEN**, entidade de direito privado (PORTARIA 2.242 de 02 de agosto de 2002), Rua dos Tupinambás, 461, Bairro Batista Campos, CEP: 66025-660, CNPJ: 02.696.435/0001-48, neste ato representado pela Diretora Acadêmica, **ROSANA NASCIMENTO**, brasileira, Farmacêutica, portador do CPF n. 023.547.441-02, com o mesmo endereço profissional da sede desta instituição; resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA**, de acordo com as normas da Lei n. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes, naquilo que couber, bem como, mediante às disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação Técnico-Científica tem por objetivo incentivar e subsidiar a realização de projetos de pesquisa, extensão e eventos acadêmico científicos e atendimentos sociais correlatos à área dos Direitos Humanos a partir da Clínica de Direitos Humanos e do Núcleo de Prática Jurídica desta IES, vinculados ao curso de Direito, como forma de promoção da justiça, redução da marginalização, violência socioeconômica e inclusão social.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO

As ações serão desenvolvidas por meios de práticas que sejam capazes de conciliar às demandas e necessidades em conformidade com objeto deste termo (cláusula primeira), com a colaboração dos alunos regularmente matriculados na **FACULDADE FACI WYDEN**, para tanto, constituem atribuições dos partícipes no âmbito deste Termo de Cooperação Técnico-Científica:

- Receber em suas dependências o(s) servidor(es) indicado(s) pelo outro partícipe para participar do desenvolvimento de atividades atinentes ao objeto deste Instrumento;
- Fornecer as informações e as orientações necessárias ao melhor desenvolvimento e ao fiel cumprimento deste instrumento;
- Levar, imediatamente, ao conhecimento do outro partícipe, ato ou ocorrência que interfira no andamento das atividades decorrentes deste instrumento, para a adoção das medidas cabíveis;
- Acompanhar e fiscalizar as ações relativas ao objeto do presente Termo de Cooperação Técnico-Científica;
- Notificar, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução das atividades decorrentes do presente Instrumento;
- Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços pactuados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados por qualquer dos Partícipes ou pelos órgãos de controle;

g) Facilitar a supervisão e a fiscalização de outro partícipe, permitindo-lhe efetuar acompanhamento *in loco* e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Cooperação Técnico-Científica;

h) Permitir, mediante solicitação, o acesso de servidores do outro partícipe e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Termo de Cooperação Técnico-Científica, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

i) Manter o outro partícipe informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Termo de Cooperação Técnico-Científica e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização;

j) Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, comunicar o Ministério Público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS AÇÕES

Subcláusula Primeira: O presente Termo de Cooperação Técnico-Científica prevê ações comuns ou de colaboração nos campos de inovação, pesquisa, consultoria e gestão, quando assim houver por bem acordado os convenientes.

Subcláusula Segunda: As “ações comuns” serão previamente discutidas pelos convenientes com o propósito de se buscar a integração, objeto do presente Termo de Cooperação Técnico-Científica.

Subcláusula Terceira: As ações que venham a se desenvolver em decorrência deste instrumento que requeiram formalização jurídica para a sua implementação, terão suas condições específicas, descrição de tarefas, prazos de execução, responsabilidades financeiras e demais requisitos definidos em convênios, acordos, termos de cooperação ou outro instrumento legal pertinente acordado entre os partícipes.

Subcláusula Quarta: As ações poderão também envolver as convenientes em sistema de rede, nas articulações com outros organismos governamentais ou não, em nível local, regional, nacional, ou internacional.

Subcláusula Quinta: Poderão ser designados pelos partícipes técnicos para realizar o acompanhamento, controle e fiscalização da execução do objeto deste Termo de Cooperação Técnico-Científica.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

O presente Termo de Cooperação Técnico-Científica é celebrado a título gratuito, não implica em compromissos financeiros ou transferência de recursos entre os partícipes.

Subcláusula Única: Os procedimentos, projetos ou programas que venham a ser implantados no âmbito deste Termo de Cooperação Técnico-Científica serão definidos e detalhados mediante ajustes específicos a serem firmados entre os partícipes, onde serão estabelecidas as responsabilidades técnicas em conformidade com as propostas e demandas apresentadas, e serão parte integrante do presente Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE

A execução de quaisquer atividades decorrentes deste Instrumento pelos partícipes não transferirá qualquer responsabilidade trabalhista, previdenciária ou fiscal, de um partícipe para outro, nem se constituirá em qualquer forma de associação permanente, independentemente do local de execução das atividades.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DIVULGAÇÃO, PROMOÇÃO E PUBLICIDADE

Em qualquer divulgação, promoção ou publicidade relacionada com atos, ações e atividades objeto do presente Termo de Cooperação Técnico-Científica será obrigatoriamente destacada, de igual forma, a participação de ambos os

participes, devendo essas ações ter caráter educativo, informativo ou de orientação, delas não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E PUBLICAÇÃO

O presente Termo de Cooperação Técnica vigorará por **até 20 (vinte) meses**, contados da data de assinatura deste Instrumento, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, até o limite legalmente permitido.

Subcláusula Segunda: Os participes obrigam-se a disponibilizar, por meio da *Internet* ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Termo de Cooperação Técnico-Científica, contendo, pelo menos, o nome dos participes, o objeto, a finalidade e o prazo de vigência, ou inserir *link* em suas páginas eletrônicas oficiais que possibilitem acesso direto ao Instrumento firmado.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO

O presente Termo de Cooperação Técnico-Científica poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante Termo Aditivo, de comum acordo entre os participes, vedado o desvirtuamento da natureza do objeto pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Termo de Cooperação Técnico-Científica poderá ser:

- a) **denunciado** a qualquer tempo, ficando os participes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
- b) **rescindido**, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
 - b.1) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

b.2) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

b.3) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

Subcláusula Única: Nos casos de denúncia ou rescisão, as pendências ou trabalhos em fase de execução serão definidos e resolvidos por meio de Termo de Encerramento deste Instrumento em que se definam e atribuam as responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de cada um desses trabalhos e das pendências dos trabalhos em andamento frutos do presente Termo de Cooperação Técnico-Científica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ADESÃO DE OUTRAS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS, ENTIDADES JURÍDICAS SEM FINS LUCRATIVOS E EMPRESAS PRIVADAS EM INSTRUMENTOS JURÍDICOS

As Instituições convenientes acordam em possibilitar a adesão de outras Organizações Governamentais, Entidades Jurídicas Sem Fins Lucrativos e Empresas Privadas, durante o desenvolvimento das atividades inerentes à vigência do presente Termo de Cooperação Técnico-Científica através da celebração de instrumentos jurídicos específicos, desde que autorizados e preenchidos os requisitos e critérios a serem estabelecidos pelos participes.

Subcláusula Única: As possíveis adesões deverão ser formalizadas através da celebração de instrumentos jurídicos específicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os participes responderão pelo conteúdo técnico dos trabalhos executados por força do presente Termo de Cooperação Técnico-Científica e assumirão total responsabilidade pela qualidade dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pelos participes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belém, capital do Estado do Pará, para a solução dos litígios ou controvérsias que se fundamentem neste instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de inteiro acordo com as cláusulas e condições do presente Termo de Cooperação Técnico-Científica, os participes assinam o documento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que igualmente o subscrevem, para que produza os seus efeitos legais.


FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA MELO FILHO - DEPUTADO CHICÃO
PRESIDENTE DA ALEPA


ROSANA NASCIMENTO
DIRETORA ACADÊMICA DA FACULDADE FACI WYDEN

Testemunha


CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO
PRESIDENTE DA CDHDC ALEPA


ALVARO AZEVEDO NETO
COORDENADOR GERAL DE GRADUAÇÃO FACI WYDEN

EXTRATO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2022

Nº Processo: 5858/2021. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de sanitização, higienização, eliminação de agentes causadores de infecção, desinsetização, descupinização, desratização e desalojamento de pombos e urubus na ALEPA. **CONTRATANTE:** Assembleia Legislativa do Estado do Pará. **CONTRATADA:** SERVIÇOS GERAIS DEUS E FIEL LTDA. **DATA DA ASSINATURA:** Em 18/02/2022. **VALOR:** R\$ 43.500,00 (Quatro e Três mil e Quinhentos). **FUND.LEGAL:** Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021. **ORDENADOR RESPONSÁVEL:** Deputado Francisco das Chagas Silva Melo Filho.